

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**



**Avaliação da Aprendizagem e Institucional**

**Cleide Antunes Martins**

**Belo Horizonte, 2011**

**Cleide Antunes Martins**

**Avaliação da Aprendizagem e Institucional**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Wanderléa Mendes Guedes

**Belo Horizonte, 2011**

Dedico este trabalho aos colegas  
educadores e alunos da  
Escola Municipal Maria Ribeiro Tavares.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por tudo que me proporciona na vida, e por ter me guiado e iluminado em cada decisão a ser tomada;

Às colegas de grupo Cláudia Pinto e Cláudia Martins pelo companheirismo;

Aos nossos orientadores da UFMG que com dedicação, nos acompanhou nessa caminhada;

A minha família que me incentiva e apóia em todos os momentos de minha vida.

“Avaliação – grande desafio! Se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e não abandoná-las aos seus próprios recursos”.

(Hannah Arendt)

## RESUMO

A avaliação dos alunos é a ação educativa paradigmática de um dos principais dilemas da educação: o dilema que se produz entre as expectativas da sociedade em relação ao sistema educativo, que impõe a emissão de certificados e a seleção, e as expectativas dos próprios alunos, que desejam um ensino sensível às suas necessidades e aos seus ritmos de aprendizagem. Assim, o presente trabalho procura descrever as mais variadas formas e critérios de avaliação, assim como os estudos realizados acerca de avaliação, assim como suas concepções. A maneira que a escola avalia é o reflexo da educação que ela valoriza privilegiando a avaliação qualitativa baseada num paradigma crítico e que visa à melhoria da qualidade da educação oferecida aos nossos alunos. Assim o professor deverá utilizar técnicas e formas de instrumentos de avaliar diferenciado; conscientes que para realizar uma avaliação devem-se conhecer as diversidades dos alunos, assim como o ritmo de cada um, para estabelecer os tipos de avaliações com suas respectivas funções.

**Palavras-chave:** avaliação, aprendizagem, função, concepção.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
DESENVOLVIMENTO.....	08
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	17
ANEXO.....	18

## 1. INTRODUÇÃO

Sou gestora da Escola Municipal Maria Ribeiro Tavares, no município de Carlos Chagas/MG, e trabalhando o tema Avaliação Escolar pretendo analisar como vem ocorrendo a avaliação na escola e da escola, baseada no Projeto Político Pedagógico. Os docentes de um modo geral sentem dificuldade em lidar com o sistema de avaliação que, além de se constituir num grande desafio, é um dos principais responsáveis do fracasso e do sucesso do aluno na escola.

É notório os alarmantes índices de repetência e evasão nas escolas públicas Brasileiras, ratificados por diversas investigações. Avaliação escolar é uma questão muito séria e tem raízes político-pedagógica profundas no sistema educacional. Compreende-se que na realidade, o fenômeno avaliativo não é neutro: ele ocorre no cotidiano da sala de aula e se orienta por determinada concepção de homem, sociedade, de cultura e de educação. O que assusta nesta realidade, é o alto índice de evasão e de repetência que permeiam a educação, caracterizando o fracasso escolar e evidenciando uma grande contradição na escola, tornando seu projeto político pedagógico incoerente e falho. Pois atualmente, fala-se em igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos, entretanto, a prática escolar se orienta por uma determinada concepção excludente, funilando um grande número de alunos.

A reprovação não estimula o aluno a aprender, a estudar mais e, infelizmente, ocasiona o desânimo e a baixa de autoestima que acabam levando o estudante ao abandono da escola. É de suma importância, reverter nas escolas, a cultura da repetência e criar a cultura do sucesso, acreditando que todos têm condições de aprender. Assim o professor precisa valorizar em cada aluno as suas qualidades, a fim de facilitar o seu desenvolvimento global, através de um clima favorável à aprendizagem.

## **2. DESENVOLVIMENTO:**

### **2.1. A QUEBRA DE PARADIGMAS NA AVALIAÇÃO**

Atualmente avaliar na escola exige uma mudança não só nas técnicas de avaliação, assim como na postura de todos os elementos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Segundo BOA VIDA et al (1992, p.3).

A avaliação só tem sentido se for acompanhada por mudanças de atitudes por única concepção diferente que seja por parte do professor e dos alunos. Isto é, qual a sua função e o que se lhe deve pedir, como devemos atuar, em suma, quais são os seus reais objetivos.

São mudanças que requerem posturas dinâmicas e significativas principalmente do professor, não só quanto aos aspectos técnicos, mas, também quanto a uma conscientização maior em relação ao seu comprometimento a proposta pedagógica à qual ele está vinculado. Neste contexto pode-se afirmar que a preocupação maior do professor ao desenvolver sua ação pedagógica não deve ser experimental, mas num viés mais amplo e analítico sobre a proposta pedagógica a que está inserida. Pois a mesma identifica a escola em todas as suas nuances através de suas ações. Conforme Guareschi (1996, p.77) diz:

Tentar uma prática alternativa de avaliação virá conseqüentemente questionar. Todo o nosso modo de pensar e agir, nossa consciência, nossa prática pedagógica e social, virá a questionar a sociedade como um todo.

Assim, quando uma avaliação é compreendida em suas premissas e, trabalhada, ela dará segurança ao professor em expressar um resultado e ao aluno a realizar uma atividade avaliativa de maneira consciente, sem a presença do medo e da insegurança.

Enquanto avaliado, o aluno precisa da apropriação dos conteúdos para interagir com outros elementos da comunidade e inseri-los em sua realidade. Cabe ao professor desenvolver suas ações pedagógicas, no intuito de promover permanentemente a construção de conhecimento dos educandos. Pois é preciso saber avaliar em vez de controlar a aprendizagem dos alunos, uma vez, que a aprendizagem é um processo complexo, não linear com suas idas e vindas. Portanto, cabe ao professor desenvolver instrumentos de avaliação e a observação,

durante o desenvolvimento do seu trabalho escolar. Nesta perspectiva a avaliação deixa de ser um instrumento ou sanção expiatória, e controle na mão do professor e passa a ser uma oportunidade de aprendizagens. Nesse aspecto o “aluno” passa a ter responsabilidade e compromisso com o seu aprendizado tomando conhecimento de suas possibilidades para situar-se em relação ao que está sendo proposto e buscar novos caminhos para constituir novas estruturas. Em relação a isso, Saval (1988, p.61), diz que: “O compromisso principal da avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional e gerem suas próprias alternativas de ação”.

A educação em valores é legislatória. A LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9394/96 ao se referir a uma verificação de rendimento escolar, determina a necessidade de observar os critérios da avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais (Art. 24). Aspectos não são notas, mas de registros de acompanhamentos de atividades discentes.

Mediante a um número de professores utilizando conceitos como tentar observar, medir ou atribuir nota como se isso fosse avaliar, pode-se entender polêmica e os questionamentos sobre a necessidade e importância da avaliação. Referindo-se a avaliação necessária, Castro (1992, p.13), afirma que “a avaliação não deve ser vista como uma caça aos incompetentes mas uma busca da excelência pela organização escolar como um todo.

## **2.2. AVALIAÇÃO: UM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO**

A escola é um espaço social de múltiplas experiências, realidades, vivências, relações sociais que tecem o cotidiano escolar com uma proposição de um pensamento unívoco. O professor precisa acreditar na necessidade de mudanças em sua prática pedagógica, para melhor atender a avaliação democrática, na perspectiva da pedagogia da inclusão. Esta transformação requer uma redefinição paradigmática.

Assim, a compreensão da avaliação como um processo dinâmico e transformador do contexto social, político, econômico e cultural, será um parâmetro para a construção de uma educação mais democrática e igualitária, para romper com o sistema de controle e segregação que persiste em desmotivar inúmeros estudantes fora da escola. Somente a conscientização dos docentes de que uma avaliação realizada de forma incorreta contribui para o fracasso escolar e conseqüentemente com as relações do contexto social, poder-se-á mudar o quadro da exclusão que insiste em permear a educação.

A aprendizagem é um processo e, portanto, é preciso que se considerem os tempos e os ritmos individuais dos alunos. Por isto, o professor precisa perceber que o educando deve ser respeitado em todos os aspectos físico, social e econômico, não podendo haver qualquer espécie de discriminação, pois sendo valorizado como ser humano pleno, atingirá seus objetivos sem maiores problemas. Ao questionar os sentidos e finalidade da instituição escolar, espera-se que docentes e discentes compreendam a responsabilidade e o compromisso com as ações pedagógicas propostas no âmbito escolar.

### **3. FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO**

Provavelmente, a escola é um espaço de multidisciplinaridade de “saberes”, onde o educando constrói os seus conhecimentos cognitivos que, certamente, procura-se garantir os direitos dos cidadãos à educação, à saúde e a segurança social. É salutar que a escola, considerada um lugar por excelência de concepção e implementação possa exercer o seu papel de suscitar nos “alunos” saberes que edificarão a sua vida com dignidade.

É preciso que os “alunos” aprendam e venha ocupar um lugar na sociedade e nela atuem como sujeitos históricos. Para isso é necessário que a educação seja concebida sob a égide da qualidade social e não apenas mercadológica. A avaliação deve ser cuidadosamente analisada em seus aspectos dicotômicos como: em vez de servir à função integradora, eliminando os estigmas que acompanha os alunos de menos capital cultural, oriundas de camadas sociais desfavorecidas, ela é usada, como recurso em posições também pouco favorecidas. Infelizmente a instituição escolar, através desse método excludente, vai deixando à deriva as vítimas dos efeitos de um sistema neoliberal. Hoffmann (2001, p.89) nos remete a uma reflexão sobre a relação entre o processo de avaliação e controle. Para ela, o controle pode ser caracterizado como cerceamento ou acompanhamento: Quando se controla para julgar, basta andar ao lado de alguém observando, registrando, coletando provas do caminho que trilhou. Quando se acompanha para ajudar no trajeto, é necessário percorrê-lo junto, sentindo-lhe as dificuldades, aprovando, conversando sugerindo rumos adequados a cada aluno. Assim, o professor deve procurar avaliar o aluno em todo o processo, de forma contínua, porém, consciente de que sua intervenção será diferente em cada momento do processo. Para Vasconcelos (1998, p.51), “avaliação processual resgata o sentido da avaliação no processo educativo, entendendo que esta pode ser realidade com base na produção cotidiana dos alunos”.

Hoffmann (2001, p.180-181), sugere a utilização de dossiês e portfólios para que seja registrado todo o percurso percorrido pelo aluno, permitindo que se aproprie do seu processo de conhecimento e possibilitando ao professor uma visão das possíveis intervenções necessárias.

As anotações do professor precisam contemplar referências significativas sobre a singularidade de cada estudante: suas estratégias de raciocínio, seus modo de ser e de agir em sala de aula, seus comentários e diferentes momentos de aprendizagem e sua evolução na compreensão das noções.

Nesta perspectiva, entende-se que naturalmente o professor como articulador do processo, por meio de suas observações, anotações e comentários, poderá ampliar as possibilidades de comunicação entre ele o aluno. É uma interação importante para o processo de avaliação da aprendizagem.

Considerando que a avaliação tem por objetivo acompanhar a aprendizagem do aluno, os resultados devem oferecer “diagnósticos mais concretos que permitam intervenções alternativas e pertinentes” (DEMO, 2002, p.140). Assim, independentemente do método utilizado (quantitativo ou qualitativo) a avaliação deve focar o caráter, dinâmico e não linear da aprendizagem. Saber-se que é importante o uso de provas para avaliar o processo de ensino e aprendizagem, a partir do momento que sejam usadas com o objetivo de identificar as possibilidades e as dificuldades dos alunos. De acordo com Wachowicz (1988, p.6):

O professor deve acompanhar o processo de ensino, com a finalidade de diagnosticar o que está acontecendo e orientar qualquer intervenção. As atividades avaliativas não destinam somente a verificar quanto o aluno já sabe ou quanto lhe falta saber sobre o conteúdo desenvolvido mas, especialmente, a orientar o professor sobre o prosseguimento no seu trabalho pedagógico.

Então, entende-se que através dos resultados das atividades avaliativas, o processo de ensino aprendizagem deverá ser redirecionado, pois é mais uma possibilidade de aprendizagem para aqueles que ainda não tenham vencido determinada etapa e de estímulo para aqueles que obtiveram sucesso. Espera-se que professor, através desses parâmetros, possa estabelecer suas ações pedagógicas em prol da produção do conhecimento. É salutar lembrarmos que o desenvolvimento de atitudes e habilidades são frutos das experiências dos alunos, de acordo com as proposições da proposta pedagógica.

Sendo assim, é de fundamental importância que o professor conheça o contexto histórico de seu aluno e crie um ambiente de aprendizagem que o incentive a expressar seus medos e suas dificuldades. É notável que tudo isto seja conseqüência de uma avaliação seletiva e excludente, que tinha como finalidade excluir outros. É notório e fato que o prazer de aprender desaparece quando a

aprendizagem é reduzida a provas e notas, infelizmente os alunos estudam para se dar bem na prova, memorizando hipóteses e soluções oferecidas pelos professores.

#### **4. AVALIAÇÃO EM FOCO**

O sistema de Ensino precisa ser criticamente analisado e repensado na sua influência na vida das pessoas, quando dá uma supervalorização a cultura da nota, a análise quantitativa dos resultados, símbolos marcantes e determinantes da aprovação ou reprovação. Por isso é preciso pensar em uma renovação pedagógica que por meio de seus conteúdos escolares, possa levar o professor a repensar sua prática educativa, resignificando as metodologias, estratégias e procedimentos de ensino na construção do conhecimento. Pois, a ação educativa comprometida com a diversidade deve garantir a todos um ensino de qualidade com o propósito do desenvolvimento da socialização e do sucesso dos alunos.

Percebe-se que na prática pedagógica diária da nossa escola, a avaliação continua sendo igual à maioria, onde se valoriza ainda a nota, os testes com cronograma, sendo ainda um entrave que deve ser trabalhado com o corpo docente para respeitar a diversidade e o ritmo de cada aluno, utilizando técnicas e instrumentos avaliativos diferenciados.

Numa avaliação devem-se considerar os interesses, as experiências e a realidade do aluno, levando-o a compartilhar o trabalho com seus colegas, através de questões provocadoras, comentários, exemplos e complementações de vivências práticas. Contudo, a cultura da avaliação escolar no Brasil representa um dos grandes entraves para uma prática pedagógica competente. O sistema educacional incrementa esta cultura, indiferente da aprendizagem, centrando-se apenas nos resultados quantitativos, sendo que os números satisfazem apenas o interesse da sociedade e da classe dominante.

“A avaliação, para assumir o caráter transformador, antes de tudo deve estar comprometida com a aprendizagem da totalidade dos alunos. Este é o seu sentido mais radical, é o que justifica sua existência no processo educativo” (VASCONCELOS, 2005).

Também a avaliação é importantíssima para os professores, pois os resultados dos seus alunos contribuem para uma análise referencial, onde poderá avaliar a eficácia do seu desempenho. A avaliação segundo Castro (1992, p.13) se faz necessária, quando diz: “a avaliação não deve ser vista como uma busca de excelência pela organização escolar como um todo”. É neste contexto que a avaliação escolar é uma responsabilidade de todos.

## **5. AVALIAÇÃO E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA**

Os tempos passam, vêm as mudanças, mas haverá sempre um dilema presente no planejamento do ensino e da avaliação que é definir habilidades e conteúdos. Perrenoud (1999, pp.28-29) propõe que esse desafio seja resolvido a partir de reflexões sobre a seguinte questão: cabeças cheias ou cabeças bem feitas? Vejo que esta preocupação é bastante transparente no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola Municipal Maria Ribeiro Tavares em relação à qualidade do que se oferece e propõe. O aluno é avaliado em todas as suas produções, sejam elas: processuais ou contínuas. O desempenho do aluno será sempre determinante para o ensino aprendizagem de forma significativa, de forma que se reflita a vida escolar e o ensino expresso no PPP. Infelizmente sabemos que o olhar do professor ainda é unívoco e bastante autoritário. Mesmo diante das proposições atuais da educação moderna ele acaba avaliando apenas de um jeito, conforme a educação tradicional. O que torna avaliação excludente, enquanto classificatória. A proposta do PPP da nossa escola é trabalhar o aluno em todos os seus aspectos globais, oferecendo-o condições para que desenvolva suas habilidades/capacidades para compreender o mundo que o cerca, assim como interagir no mesmo. Porém, muitos professores desconsideram essa nova vertente no sistema educacional (contemplado no PPP) com práticas tradicionais, onde o aluno é avaliado apenas com provas classificatórias, desconsiderando o seu contexto, ritmo e tempo. Os mesmos são orientados para que evitem tal situação, pois acabam compactuando com um déficit muito grande da educação no âmbito do analfabetismo. Os professores são conscientes das estratégias e métodos que devem usar para o

desenvolvimento vertical do aluno para que atinja os objetivos e as metas propostas pela Escola Municipal Maria Ribeiro Tavares. Todavia, ainda há resquícios de uma educação que ainda acha que avaliar é apenas quantificar o conhecimento através de notas; adiando, assim, o direito do aluno de ser avaliado de uma forma ética, global e humana. Contudo, com todas essas premissas positivas disseminadas pelos estudiosos e pelo próprio Estado encontramos incoerência na teoria e prática, quando nas provas sistêmicas não há nenhuma consideração com a história de vida de cada aluno. Querem apenas resultados! E isto contribui muito na prática pedagógica do professor diante de tanta imparcialidade e incoerência. Mas uma coisa é certa: a educação é uma ciência de métodos e metodologias.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma avaliação além de ser uma fonte de informações, tanto para os professores, quanto para os alunos 0 deve ser reduzida somente a uma medida de rendimentos dos alunos, mas de avaliar realmente na sala de aula.

A partir dos erros cometidos pelos alunos em uma prova, é um parâmetro para os professores de quaisquer disciplinas mostrarem uma atenção crítica e analítica durante a elaboração das provas escritas, levando-as a ver a “atenção como um princípio precioso da aprendizagem”. É necessário que os discentes respondam as questões da prova, dentro e fora da escola, com orientação seletiva de percepção, do pensamento e da ação. Sabe-se que a nota no meio escolar é uma forma de julgamento de aproveitamento de estudos, em números, contudo, uma nota dez, por exemplo, não é uma garantia da qualidade do ensino.

Os instrumentos de avaliação implementados pela escola não podem ser vistos como única opção de avaliação. Para este tipo de ação desencadeia resultados excludentes, favorecendo o fortalecimento da desigualdade e dos “Apartheid Sociais”, que emergem destes pontos falhos. Os instrumentos de avaliação são determinados pelos modelos que as escolas em que o profissional atua.

O “erro” faz parte do processo de aprender e deve ser utilizado de forma construtiva; é suporte para o crescimento. O professor atento, no ato de ensinar percebe as dificuldades dos alunos, analisa os seus erros e imediatamente intervém através de atividades diversificadas de ensino.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASES, Lei de Diretrizes e. NOVA LDB. 9394/96, artigo 24.

BOA VIDA, João et al. Avaliação Formativa: uma função diferente. O professor, n.25. Março-abril. Lisboa: Editorial Caminho SHI, 1992.

DEMO, P. Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2002.

GUARESCHI, P.A. Avaliação esse mal necessário. Revista Psico. Porto Alegre. PUCRS, n.1, jan-jun. 1990.

HOFFMANN, J. Avaliar para promover. Porto Alegre: Mediação. 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação de aprendizagem escolar. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PERRENOUD, P. Avaliação: Da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Trad. De. P. Chiltom Ramos. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. A Avaliação e o desafio da aprendizagem e do desenvolvimento humano. In Revista Pátio. Nº. 34. 2005.

WACHOWIZ, L. A. Avaliação de aprendizagem. Escola Aberta. Curitiba. Jornal da Secretaria Municipal, assov, julho. 1988.

**ANEXO**

**ESCOLA MUNICIPAL MARIA RIBEIRO TAVARES**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Claudia Coutinho Pinto  
Claudia dos Santos Martins  
Cleide Antunes Martins

**Belo Horizonte, 2010**

# **ESCOLA MUNICIPAL MARIA RIBEIRO TAVARES**

## **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Trabalho acadêmico apresentado à disciplina Projeto Vivencial do Curso de Formação de Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG- sobre o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria Ribeiro Tavares, sobre Orientação da Professora-tutora Wanderléa Mendes Guedes

**Belo Horizonte, 2010**

“Para permanecer vivo, educando a paixão, desejos de vida ou morte, é preciso educar o medo e a coragem de romper com o velho, medo e coragem de construir o novo”.

*Madalena*

*Freire*

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
FINALIDADES DA ESCOLA.....	06
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	07
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA .....	09
ESTRUTURA PEDAGÓGICA.....	10
ESTRUTURA PEDAGÓGICA.....	11
CURRÍCULO.....	12
AVALIAÇÃO.....	16
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	15

## **INTRODUÇÃO**

As discussões sobre o projeto político pedagógico da Escola Municipal Maria Ribeiro Tavares contou com a participação ativa de toda comunidade escolar, que questionou a princípio o tipo e qualidade de escola, a concepção de homem e de sociedade que se pretende construir.

Nesse contexto, esta proposta pedagógica foi elaborada e será executada em prol da eficácia do trabalho educativo e norteará todas as ações a serem desenvolvidas nesta unidade escolar. Está ligada ao contexto sóciopolítico, econômico e filosófico e procura atender as demandas do contexto social em que a escola está inserida.

As metas, os objetivos e as ações que foram traçados serão colocados em prática, avaliadas coletivamente, e modificados de acordo com a necessidade e realidade da escola, assegurando a sua autonomia e sucesso.

A Escola Municipal Maria Ribeiro Tavares, situa-se à Praça São José, nº. 425, no bairro Cruzeiro, telefone (33) 3624-1510, e-mail escolammribeirotavares@hotmail.com, em Carlos Chagas, Minas Gerais, e tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Carlos Chagas. Foi municipalizada através da Resolução nº. 8.559/95 MG de 04 de Fevereiro de 1998, tendo como atual gestora: Cleide Antunes Martins e como vice-gestora: Arússia Moreira Moscoso.

A escola oferece Educação Infantil para crianças de quatro e cinco anos. , Ensino Fundamental de nove anos de acordo o Decreto nº45. 506 de 07 de agosto de 2003 e estrutura-se em cinco anos iniciais sob a forma de progressão continuada que funcionará da seguinte forma:

- Ciclo Inicial de Alfabetização – 1º ano, 2º ano e 3º ano.
- Ciclo Complementar de Alfabetização – 4º e 5º ano.

A Escola atende em 2010, 260 alunos do Ensino Fundamental e 45 alunos da Educação Infantil, sendo 145 no turno matutino e 160 no turno vespertino, somando um total de 60% da zona urbana e 40% da zona rural.

## **FINALIDADES DA ESCOLA**

A Escola Municipal Maria Ribeiro Tavares procura realizar um trabalho em sintonia com uma sociedade em constante transformação. Além de trabalhar com os saberes, possibilita a interação das crianças com o mundo ao seu redor, com as pessoas e consigo mesmo, fazendo da escola um espaço em que a criança aprende a conhecer, aprende a fazer, aprende a conviver e aprende a ser.

Em função disso disponibiliza aos alunos posturas educacionais diferenciadas privilegiando o como e para que os alunos aprendam e não apenas o que ensinar aos alunos. Cria situações significativas para a prática efetiva da aprendizagem, contribuindo para que cada aluno desenvolva suas habilidades e sejam capazes de compreender e criticar a realidade, atuando na busca da superação das desigualdades e do respeito ao ser humano. Oferece acesso a bons e variados textos, pois as pessoas aprendem a gostar de ler quando, de alguma forma, a qualidade de suas vidas melhora com a leitura.

No contexto da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais se concebe a educação escolar como uma prática que tem a possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas. Condições estas fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente.

## **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A Escola Municipal Maria Ribeiro Tavares funciona em um prédio de três pavimentos assim dividido: 07 salas de aula grandes com boa ventilação e luminosidade, equipadas com quadro de giz fixo, carteiras em número suficiente, ventilador de teto, mesa e armário para professor; 01 sala de coordenação pedagógica e brinquedoteca equipada com mesas e cadeiras, armários, prateleiras para jogos pedagógicos, televisão e aparelho de DVD, 01 sala de vídeo com carteiras, televisão e aparelho de DVD, 01 laboratório de informática, 01 diretoria, 01 secretaria com três arquivos, mesas e cadeiras para secretário e vice-diretora, 01 sala de professores bem iluminada, ventilada, com armário, geladeira, mesa e cadeiras, 01 sala para arquivo, 01 cantina equipada com fogões, geladeira, freezer, armários, panelas, pratos, talheres, entre outros, 01 depósito de alimentos, 01 depósito de materiais de limpeza e diversos, 01 consultório odontológico, 06 banheiros para os alunos, 01 banheiro para funcionários, 01 biblioteca grande com 02 banheiros em prédio anexo equipada com mesas, cadeiras, armário e prateleiras.

O quadro de funcionários da escola é composto por 13 professores regentes, 02 professores eventuais, 02 professores de informática, 01 professor de biblioteca, 01 professor de apoio pedagógico, 08 serventes, 01 vigilante, 01 coordenador pedagógico, 01 secretário escolar, 01 diretor, 01 vice-diretor.

### **Nível de formação dos educadores:**

- ✓ 04 professores com licenciatura de Normal Superior e cursando Pós-graduação em Educação de campo
- ✓ 05 professores com licenciatura de Normal Superior
- ✓ 01 professor com licenciatura de Normal Superior e outra licenciatura em História
- ✓ 01 professor com licenciatura de letras e pós-graduação em gestão escolar
- ✓ 01 professor com licenciatura Pedagogia e Pós-graduação em Psicopedagogia
- ✓ 01 professor com licenciatura Pedagogia e Pós-graduação em Psicopedagogia e cursando Pós de Educação de campo;
- ✓ 01 professor com licenciatura em matemática;

- ✓ 02 professores com Normal Superior e cursando Pós-graduação em supervisão escolar
- ✓ 01 professor com licenciatura em Educação Física
- ✓ 01 professor com Normal Superior e Pós-graduação em supervisão escolar
- ✓ 01 vice-diretor com licenciatura em Ciências biológicas e Pós-graduação em Ciências Biológicas;
- ✓ 01 Coordenador pedagógico com licenciatura em Normal Superior e Pós-graduação em Supervisão;
- ✓ 01 diretor com licenciatura em Pedagogia e cursando Pós-graduação em Gestão Escolar.

## **ESTRUTURA ADMINISTRATIVA**

A unidade escolar está estruturada juntamente com as demais escolas municipais como REDE DE ENSINO e orientadas por um propósito comum – a aprendizagem -, trabalha-se numa dinâmica de troca e fluxo de informações, que gera um clima de compromisso de toda a comunidade com as questões locais e com a qualidade da educação. Nesse sentido, o papel da Secretária Municipal de Educação é fundamental. É ela que organiza os valores da rede, determina o direcionamento que será dado e articula as escolas para a criação de uma política pública coordenada e de igualdade de oportunidades para os estudantes.

Seguindo essa ótica, a lei interna da escola é o REGIMENTO ESCOLAR, documento elaborado em consonância com a legislação vigente, expressa a autonomia da escola e legaliza os atos do dia-a-dia, visando ao fortalecimento da identidade da escola, pois é um documento normatizador das relações, direitos e deveres de todos os que vivem e convivem no ambiente escolar.

A escola realiza anualmente o CENSO ESCOLAR em duas etapas: a primeira acontece em fevereiro para processar a coleta de dados do final do ano anterior; a segunda é realizada normalmente em maio/junho para coletar os dados do início do ano em curso.

Anualmente a escola encaminha os alunos que irão se candidatar a vagas na rede pública de ensino para fazer o CADASTRO ESCOLAR na Secretaria Municipal de Educação que identifica as necessidades das ofertas educacionais, garante aos candidatos a matrícula no Ensino Fundamental da rede pública e possibilita o zoneamento.

O FLUXO ESCOLAR dos alunos é observado periodicamente e em caso de infrequência, a escola pesquisa junto à família os porquês das faltas. Persistindo a infrequência, o Conselho Tutelar é comunicado e caso permaneça essa situação, comunica-se à Promotoria, para que ações cabíveis sejam tomadas.

As MATRICULAS são renovadas no quarto bimestre, com o objetivo de prever vagas e turmas e assim disponibilizar vagas para alunos que desejam ingressar na escola. É importante ressaltar que as matrículas acontecem também durante o ano letivo, quando há oferta e demanda de vagas.

A ESCRITURAÇÃO da escola é efetivada através dos seguintes instrumentos: atas, diários de classe dos professores, pasta individual do aluno, calendário escolar, Declarações do Imposto de Renda da pessoa jurídica e outros (DIRPJ, DCTF e RAIS), pastas de prestações de contas da Caixa Escolar, incluindo os recursos diretamente arrecadados, pastas de correspondências recebidas e expedidas, cópia do boletim do PROALFA e PROEB, entre outros.

As fontes de recursos da escola são FNDE – Fundo Nacional da Educação, através do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, PDE–Escola – Programa de Desenvolvimento da Educação e Recursos Diretamente Arrecadados através de eventos e parcerias com empresas locais. É válido ressaltar que esses recursos financeiros administrados pela Escola estão em consonância com o que a lei prescreve, aplicação de regras de correta administração regida pela ética, para resguardar o interesse público. As ações desenvolvidas neste campo vão de encontro aos interesses da comunidade de forma impessoal, uma vez que são definidos os investimentos numa ação conjunta com o Colegiado Escolar, sendo divulgadas o mais amplamente possível.

## **ESTRUTURA PEDAGÓGICA**

A escola privilegia o bom andamento do processo pedagógico e tem como propósito permanente, garantir o sucesso dos alunos e propiciar ações que impeçam o fracasso. O Projeto Político Pedagógico, Plano de Intervenção Pedagógica, Avaliação Interna e Externa da Aprendizagem representam o ciclo da Escola, buscando sempre conscientizar a todos que essas práticas possibilitarão a aprendizagem de cada aluno, sendo responsabilidade coletiva.

O trabalho é desenvolvido baseado em um currículo comprometido com a transformação social, coerente com a concepção dos CBC, Cadernos da SEE/MG elaborados pelo CEALE, Guias do Professor Alfabetizador, contexto social, político e cultural. A prática pedagógica possibilita o desenvolvimento das capacidades, competências e habilidades dos educandos, com atividades interativas, criativas, inovadoras, contextualizadas e que promovam o crescimento do aluno.

## **CURRÍCULO**

Considerando a Educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, a Escola M. Maria Ribeiro Tavares privilegia os conhecimentos prévios dos alunos, suas diferenças, contribuindo para construção, pelo aluno, de capacidades básicas de leitura, escrita e cálculos; capacidades cognitivas de pensar criticamente, de tomar decisões, de solucionar problemas, de usar a imaginação, de aprender a aprender e a raciocinar; qualidades pessoais de responsabilidade, auto-estima, sociabilidade, auto-gerenciamento, integridade e honestidade; capacidade de utilizar a tecnologia e compreender como sistemas sociais, organizacionais e tecnológicos funcionam e operam efetivamente; capacidade de saber adquirir, organizar, interpretar, comunicar e avaliar a informação; capacidades interpessoais de saber trabalhar em equipe, saber ensinar e ajudar os outros a aprender, aceitar a diversidade cultural e a variedade de qualquer origem.

Para a seleção dos conteúdos, a equipe escolar considera o nível de relevância social e a sua contribuição para o desenvolvimento intelectual do aluno, trabalhando não só o conteúdo conceitual de cada disciplina, mas atitudes e procedimentos.

Considerando a realidade sócio-econômica da comunidade na qual a escola está inserida, são realizadas atividades interdisciplinares, que envolvem diversos conteúdos e prioritariamente os temas de maior interesse e necessidade da comunidade, tais como: Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Ética, Cidadania e Saúde.

Os pais, os alunos, a direção, os professores, a coordenadora pedagógica, demais segmentos da escola garantem a democratização da escola, participando ativamente das Assembléias, Reuniões do Colegiado, Eventos Sociais, Culturais e Pedagógicos.

Conforme Legislação vigente compete ao aluno, juntamente com o responsável optar por assistir ou não as aulas de Educação Religiosa, sendo de responsabilidade do professor, definir outra atividade para que seja cumprida durante a referida aula, como: leitura, pesquisa, vídeos pedagógicos ou dentro das possibilidades o reforço escolar.

As aulas de Educação Física são ministradas pelo professor de cada turma, otimizando brincadeiras e jogos lúdicos, visando o desenvolvimento das habilidades motoras e a socialização.

## **TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES**

O Planejamento como componente integrante do Projeto Político Pedagógico é uma ação fortalecedora do processo da aquisição do conhecimento, que possibilita a ressignificação do trabalho, conferindo-lhe equilíbrio entre teoria e prática de forma a reavaliar todas as etapas do processo ensino-aprendizagem observando o desenvolvimento de competências e habilidade dos educandos.

Esse instrumento pedagógico é contemplado a cada dois meses com datas previamente estabelecidas no calendário escolar, respeitando a obrigatoriedade de no mínimo quatro encontros com os profissionais, visando à adequação e organização dos conteúdos a serem trabalhados em cada etapa, bem como projetos educacionais e institucionais que dão ênfase aos aspectos cognitivos e sócio-afetivos.

Os encontros reúnem professores e coordenadores pedagógicos com o objetivo de analisar e avaliar procedimentos pedagógicos como seleção e tempo previsto para abordagem dos conteúdos atendendo ao ritmo de cada turma, estabelecimento dos temas e atividades a serem desenvolvidas em cada bimestre.

Ao final de cada bimestre os coordenadores ainda reúnem-se com os educadores para monitoramento e acompanhamento das ações e resultados obtidos usando possíveis intervenções quando necessários, para consolidar o desenvolvimento da aprendizagem de cada turma. Esses encontros entre coordenadores e educadores propiciam maior integração no âmbito pedagógico de forma a detectar e equacionar os problemas enfrentados no cotidiano escolar.

A instituição tem como clientela criança de 04 a 14 anos, sendo o Ensino Fundamental organizado num período de nove anos. As treze turmas que compõem o grupo de educandos são formadas por no mínimo 20 e no máximo 35 alunos. A escola oferece aos alunos de Ensino Fundamental reforço escolar no contra turno ministrado pelo professor eventual e o professor recuperador. A biblioteca além de utilizada para atividades literárias semanalmente, também é utilizada para aulas de reforço. O laboratório de informática funciona regularmente nos dois turnos atendendo aos alunos da zona urbana no contra turno, e, no próprio turno para os

alunos da zona rural, momento em que, além de realizar atividades de reforço também realizam pesquisas propostas pelos professores de cada turma.

Ao organizar o quadro de professores são analisados os perfis dos servidores e das turmas visando à qualidade das ações pedagógicas e educativas.

Cada educador tem a responsabilidade de cumprir as propostas de trabalho oferecidas pelo coordenador e, ou elaboradas coletivamente explorando todos os espaços físicos oferecidos pela instituição reforçando a socialização dos educandos e a co-responsabilidade dos mesmos no uso dos bens e serviços a eles destinados para uma educação de qualidade.

Segundo Pedro Goergen a escola precisa ter consciência de sua enorme responsabilidade ao intervir e dispor do espaço e do tempo dos educandos. Intervir sobre o espaço/tempo, dando um sentido desejado pode influenciar o destino de pessoas e de povos inteiros. E a escola tem parte nisso. É preciso lembrar que os sentidos e significados das categorias de espaço e tempo e sua aplicação não são idênticos para todos os sujeitos que as experienciam. Há pessoas com aprendizagem lenta e outras com aprendizagem rápida. Isto faz parte de sua natureza ou de sua evolução anterior. Ambas as características podem ter vantagens e desvantagens, mas não podem ser ignoradas.

## PROCESSO DE DECISÃO

A descentralização dos processos de direção e de tomada de decisão em educação bem como a democratização dos processos de gestão da escola demanda o desenvolvimento de espírito de equipe e noção de gestão compartilhada nas instituições de ensino, em todos os níveis.

A proposta da nossa instituição se faz através dos processos de decisão dos órgãos internos e externos, com a participação do colegiado, que é composto por vários segmentos da escola e comunidade escolar.

O Conselho Escolar é formado de dois em dois anos através de eleição e é composto por diretor, vice-diretor, e representantes de todos os segmentos escolares com a finalidade de participar do cotidiano escolar, inclusive nas tomadas de decisão, ele foi constituído a partir da necessidade de inserir a comunidade no ambiente escolar, para fortalecer o cotidiano pedagógico e administrativo com qualidade de ação educativa. Devendo o Colegiado ficar sempre que necessário, a par dos acontecimentos da instituição sendo eles de ordem pedagógica, administrativa ou financeira, viabilizando a utilização dos recursos financeiros, reúne-se mensalmente, se necessário, faz-se em caráter extraordinário, e encaminha a prestação de contas para a Secretaria Municipal de Educação.

A direção escolar é exercida por um educador qualificado e devidamente habilitado, efetivo do município e lotado na escola, escolhido através da indicação política, que é auxiliado pelo vice-diretor e por um conselho escolar, onde os membros são eleitos através de assembléia.

São inúmeras as atribuições da direção escolar, inclusive a de sempre articular respaldo para o desenvolvimento cognitivo e psicológico da sua equipe, dividindo responsabilidades, delegando competências, monitorando o processo integral do ensino-aprendizagem, estimulando, atualizando e valorizando sempre o seu quadro de profissionais.

O coordenador pedagógico prioriza o processo de ensino-aprendizagem, procurando subsídio de intervenção pedagógica para aquisição dos conhecimentos, trabalhando diretamente com o professor/aluno, através de avaliações diagnósticas para a formulação dos projetos de intervenção pedagógica, visando o

aprimoramento da prática, visando à formação do aluno como um todo, sendo capaz de inseri-lo numa sociedade em transformação.

O conselho de classe se fundamenta no estudo e análise do desempenho do aluno e dos professores, detectado durante o processo de ensino-aprendizagem. Os componentes do conselho de classe estarão vinculados a uma coordenação geral e terá por objetivo, além do desempenho do aluno, identificar suas necessidades específicas, e encaminha-lo para realizar estudos complementares, como apoio e suporte para um melhor desempenho ensino-aprendizagem.

## RELAÇÕES DE TRABALHO

A democratização das decisões e as ações coletivas são um marco no processo educacional e no crescimento profissional.

A capacidade de identificar problemas e apresentar alternativas para solucioná-los é uma exigência primordial, não só no âmbito profissional, como também no pessoal. Ser parceiro é desejar que a instituição cresça, é o ponto de equilíbrio para assegurar a todas as pessoas que dela fazem parte, a confiança no trabalho realizado e a análise dos resultados apresentados a cada ano trabalhado.

O estímulo, a troca de experiências e o respeito à hierarquia, sem omissão ou submissão de decisão, rege todas as ações vinculadas à tomadas de decisões, consequentemente solidificando as relações no grupo. A valorização das habilidades de cada componente dentro do grupo, faz com que as diferenças unificadas construam a identidade da Instituição, dando a todos igual valor, independente do segmento que cada componente representa.

Logicamente que os conflitos existem entre componentes do mesmo segmento, ou entre segmentos diferentes, e não há como não existirem, só que os conflitos devem ser vistos como um alerta para o nosso cotidiano. A dinamicidade do processo educacional requer dos seus componentes uma disponibilidade diária para o fortalecimento da responsabilidade dos agentes desse processo.

A mobilização de talentos promove experiências extremamente positivas na formação integral dos indivíduos. A integração facilita as relações e dá a cada um, a responsabilidade de dar o melhor de si na construção de sua identidade profissional.

A família, como parte importante e integrante da comunidade escolar, tem espaço efetivo na construção de uma educação de qualidade, pois o seu relacionamento com a instituição acrescenta confiabilidade de transparência ao processo de conhecimento dos educandos. Gerenciar a participação da família é uma tarefa simples, à medida que fiquem claros e definidos os papéis de cada segmento e a importância de cada um na construção do todo.

As regras que regem e asseguram a todos, os direitos bem como o cumprimento dos deveres, colaboram para a harmonia do grupo.

## **AValiação**

Segundo Cipriano Luckesi, a avaliação é o ato de diagnosticar os resultados de uma ação, tendo em vista proceder a uma intervenção, seja na manutenção dos resultados já obtidos, seja no aperfeiçoamento da ação, tendo em vista produzir resultados mais satisfatórios.

Na visão de Perrenoud (1999), a avaliação da aprendizagem, no novo paradigma, é um processo mediador na construção do currículo e se encontra intimamente relacionada à gestão da aprendizagem dos alunos.

A Escola se propõe a trabalhar a avaliação, não mais para classificar, excluir ou sentenciar, mas todos os aspectos globais do processo: o modo de intervenção do professor, a organização do trabalho escolar, a função socializadora e cultural, e a formação da identidade, dos valores e da ética.

O professor, que trabalha numa dinâmica interativa, tem noção, ao longo de todo o ano, da participação e produtividade de cada aluno. É preciso deixar claro que a prova é somente uma formalidade do sistema escolar alvo deve ser a aprendizagem do aluno e o que de proveitoso e prazeroso dela obtém.

Propomos uma avaliação onde os aspectos qualitativos sejam observados com preponderância sobre os quantitativos.

Ao longo de todo o processo, a observação direta e contínua deverá permear a avaliação do professor em relação ao aluno.

Os instrumentos de avaliação deverão ser definidos pelo Especialista de Educação juntamente com os professores, respeitando a realidade vivenciada e o Regimento Escolar em vigor.

Serão orientados diversos tipos de instrumentos avaliativos como:

- \* Valorização de toda produção do aluno
- \* Observação do desempenho do aluno em suas atividades diárias
- \* Apresentação oral
- \* Debates
- \* Auto-Avaliação
- \* Entrevistas

- \* Expressão Oral e Escrita
- \* Relatórios
- \* Pesquisas
- \* Trabalhos Individuais
- \* Trabalhos em Grupo
- \* Testes escritos e orais

As avaliações serão realizadas sem um cronograma sistemático.

A avaliação se faz com o objetivo de diagnosticar o que será corrigido nas próximas etapas do trabalho, tanto na construção do aluno quanto no desempenho do professor.

## **Recuperação**

A recuperação acontecerá de forma contínua, durante todo processo de aprendizagem. Assim que for detectada a deficiência do aluno, será feita uma revisão dos procedimentos, recursos, conteúdos e objetos do assunto estudado, visando o aproveitamento satisfatório.

As atividades de recuperação deverão ser diversificadas e serão desenvolvidas dentro da sala de aula, sob a regência do professor, ou fora da mesma sob sua orientação.

Os estudos de recuperação da aprendizagem serão oferecidos de forma contínua e paralela ao longo do período letivo após diagnósticos realizados no processo de avaliação.

A escola buscará durante o período letivo, alternativas pedagogicamente adequadas, para viabilizar as atividades destinadas a assegurar o domínio dos conhecimentos básicos aos alunos que não tiveram atingido o nível de aproveitamento esperado.

As atividades de recuperação serão programadas tanto para recuperar como para enriquecer o processo de aprendizagem.

A escola organizará novas oportunidades de aprendizagem e de avaliação para os alunos que durante o ano letivo, não apresentaram desempenho satisfatório:

- \* Estudos Orientados Presenciais para os alunos que não apresentam domínio suficiente das atividades básicas previstas para o período, após o encerramento do ano letivo independente do número de conteúdos e pontos obtidos.
- \* Terá sua duração definida no Calendário Escolar;
- \* Serão realizados pelos próprios professores da turma;
- \* Nesta etapa, cada professor elaborará um plano individual de estudos conforme as dificuldades apresentadas pelo aluno, o orientado na realização de trabalhos, pesquisas e atividades avaliativas no espaço escolar, no horário de aulas;

### **Progressão Continuada**

Será adotada nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A aprendizagem do aluno será considerada como um processo contínuo e constante onde cada conhecimento parte da necessidade e do ritmo de cada um.

Um processo gradativo e sem interrupções respeitando a individualidade e o interesse dos mesmos.

### **Classificação e Reclassificação**

#### **Classificação**

Significa posicionar o aluno em séries anuais, períodos semestrais, ciclos ou outras formas de organização, compatível com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento, segundo processo definido pela escola em seu Regimento Escolar, exceto a primeira do Ensino Fundamental.

\* **Por promoção** – para alunos que cursaram com aproveitamento, a série, período, ciclo, fase ou etapa anterior na própria escola;

\* **Por transferência** – para candidatos procedentes de outras escolas situadas no país ou no exterior, considerando os componentes curriculares da base nacional comum. Para os candidatos que comprovem conclusão do ensino

fundamental, a classificação se dará na série, ciclo, período, etapa ou fase inicial do ensino médio. Para candidatos provenientes de escolas do País ou exterior que não concluíram o ensino fundamental ou médio, a classificação dar-se-á conforme o previsto no Regimento Escolar;

\* **Por avaliação** – independente de escolarização anterior, mediante classificação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série, período, ciclo, etapa ou fase adequada, na forma prevista no regimento escolar. Alertamos para o Parecer nº.388/2003 de interesse da Secretaria de Estado da Educação que prevê a possibilidade de classificação por avaliação também para alunos matriculados no segundo semestre letivo (após oferecimento de 75% da carga horária) como amparo para a ausência de registro no primeiro semestre. A apuração da frequência, neste caso, será procedida a partir da matrícula do aluno, assim como os dias letivos.

### **Reclassificação**

É um recurso utilizado pela escola para os alunos que não tem o mínimo de 75% de frequência, mas com bom desempenho no processo de avaliação. Permite o reposicionamento do aluno na série, período, ciclo ou fase. O parecer nº. 388/2003 também faz referência à reclassificação por frequência.

### **Conselho de Classe**

O conselho de classe consiste em encontros periódicos, normalmente um em cada bimestre, ou a qualquer momento que a Equipe Pedagógica julgar necessário, envolvendo Especialista e todos os professores de cada série, onde são discutidos assuntos diretamente ligados ao aproveitamento escolar de cada aluno, como: frequência, disciplina, deficiência na aprendizagem e até mesmos problemas de saúde, familiares, sociais e econômicos que intervêm na aprendizagem.

O principal objetivo desse procedimento é avaliar o desenvolvimento de cada aluno, em todos os aspectos, detectar possíveis problemas ou dificuldades e encontrar juntos, soluções para cada caso individualmente.

Normalmente, as atitudes mais comuns após este processo são:

- \*Encaminhamento Médico;
- \*Reunião de Pais ou conversas individuais com os mesmos;
- \*Atividades orientadas de reforço escolar;

Em alguns casos, solicita-se ajuda do Conselho Tutelar, para casos de evasão, infreqüência, exploração do trabalho infantil, exploração sexual, etc.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, J.M.L. de. **O projeto político pedagógico no contexto da gestão escolar.**

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº. 59, de 11 de Novembro de 2009.** Brasília DF: Senado Federal, 2009. Disponível em <http://moodle.3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 14-04-2010.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei n. 8.069/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Ministério da Justiça, D.O. de 16/07/1990, p. 13563 1990.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei 9.394/96 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Ministério da Educação e do Desporto - MEC, D.O. de 23/12/1996, p. 27833, 1996.

BRASIL. MEC. **Lei do Plano Nacional de Educação.** Lei n. 10.172/01 - Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. MEC, D.O. de 10/0112001, p. 1,2001.

\_\_\_\_\_. **CONSELHOS ESCOLARES: DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília – DF, novembro de 2004.

CORTELA, M. **A escola e o conhecimento:** fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

CURY, C.R.J. **O direito à educação:** um campo de atuação do gestor educacional da escola. Apostila. Inédito.

LUCKESI. Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Considerações gerais sobre avaliação no cotidiano escolar**

NAVARRO, I.P. Avaliação: o processo e o produto. In: **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Caderno 2. Parte VII e VIII. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Escolar e a aprendizagem na escola. Brasília: MEC/SEB, 2004, p. 38-40. Texto adaptado para o curso de Especialização em Gestão Escola da UFMG-MG.

OLIVEIRA, João Ferreira & MORAES, Karine Nunes. **Conselho escolar e autonomia: participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola**. Escola de Gestores da Educação Básica, 2010. Disponível em <http://moodle.3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 19-06-2010.

OLIVEIRA, João Ferreira & MORAES, Karine Nunes. **Gestão Escolar Democrática: Definições, Princípios, Mecanismos de sua Implementação**. Escola de Gestores da Educação Básica, 2010. Disponível em <http://moodle.3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 19-06-2010.

OLIVEIRA, João Ferreira & MORAES, Karine Nunes. **O financiamento da Educação Básica: limites e possibilidades**. Escola de Gestores da Educação Básica, 2010. Disponível em <http://moodle.3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 19-06-2010.

OLIVEIRA, João Ferreira & MORAES, Karine Nunes. **Gestão financeira descentralizada: planejamento, aplicação e acompanhamento de recursos**. Escola de Gestores da Educação Básica, 2010. Disponível em <http://moodle.3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 19-06-2010.

ONU (2000), **Declaração do Milênio das Nações Unidas**. Nova York. 2000. Disponível em <http://moodle.3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 14-04-2010

PERRENOUD, Phillipe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SILVA, CARLOS. **A inserção da saúde no Projeto Político Pedagógico da escola**. Disponível em <http://moodle.3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 18-09-2010.

SOUZA, S.M.; ZÁKIA, L. Avaliação institucional: elementos para discussão. In: **Seminário "O ensino municipal e a educação brasileira"**, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 04 ago. 1999. Palestra reproduzida parcialmente e adaptada para o curso de Especialização em Gestão Escola da UFMG-MG.

SOUZA, A.R. *et al.* **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**.

UFMG. **Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita/CEALE**. Coleção: Orientações para a Organização do Ciclo Inicial de Alfabetização. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. 2003.